450 QUESTÕES COM RESPOSTAS

FCC E OUTRAS INSTITUIÇÕES



SÓ QUESTÕES

TRT-4

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA

- Língua Portuguesa
- Matemática e Raciocínio lógico
- Noções de Legislação
- Noções de Direitos Humanos
- Noções de Informática
- Direito Constitucional
- Direito Administrativo
- Direito do Trabalho
- Direito Processual do Trabalho
- Direito Civil
- Direito Processual Civil

apostilas opção

Este é um Material de Demonstração

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- Questões gabaritadas.
- Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Adquira aqui sua apostila completa

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

TRT-4

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

GABARITANDO
450 Questões Gabaritadas
ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA

EDITAL Nº 1/2026

CÓD: OP-155OT-26
7901204404928

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

Questões Gabaritadas:

1. Língua Portuguesa 5
2. Matemática e Raciocínio lógico 29
3. Noções de Legislação 37
4. Noções de Direitos Humanos 49
5. Noções de Informática 59
6. Direito Constitucional 67
7. Direito Administrativo 79
8. Direito do Trabalho 93
9. Direito Processual do Trabalho 109
10. Direito Civil 123
11. Direito Processual Civil 135

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

LÍNGUA PORTUGUESA

1. (FCC - 2025)

Para responder a questão seguinte, leia o texto seguinte.

Desistir

Sempre será mais fácil desistir antes da partida. A tentação será por vezes incontrolável. As razões para ficar se multiplicarão. Haverá sempre apoiadores do abandono nas horas mais áridas. Daremos à desistência outro nome: engano, mudança, impossibilidade, amadurecimento, sensatez. Daremos à desistência outro dono: data, distância, orçamento, meteorologia, imprevisto, discórdia, traição. Antes de partir, podemos achar que a desistência é uma opção segura. Que os meses seguintes serão como os que passaram. Que a vida seguirá como até então seguiu. Contudo desistir é renunciar à chance de partir. À chance de descobrir que a vida pode ser muito diferente do que ela parece ser. Que nosso peito pode aguentar mais trancos, que nossas mãos podem ser mais precisas, que nossa garganta pode projetar mais vozes, que nossos olhos podem ver mais cores do que achávamos possível. Se soubéssemos o tamanho dos desafios da viagem, nunca partiríamos. E nunca descobriríamos que, de alguma forma, poderíamos vencê-los.

(Adaptado de: KLINK, Tamara. Nós: o Atlântico em solitário. São Paulo: Companhia das Letras, 2023. p. 9-10)

No trecho *"E nunca descobriríamos que, de alguma forma, poderíamos vencê-los"*, a palavra "forma" classifica-se como

(A) preposição.
(B) conjunção.
(C) advérbio.
(D) adjetivo.
(E) substantivo.

2. (FCC - 2024)

Ideal do filósofo Jean-Jacques Rousseau

A crítica às sociedades civilizadas e a idealização do homem primitivo, manifestadas a todo passo nas obras do filósofo Rousseau [1713-1784], foram vistas por muitos intérpretes como a expressão de um desejo de retorno à animalidade. Mas o que o filósofa sempre pretendeu não foi exaltar a animalidade do selvagem, mas sua mais profunda humanidade em relação ao homem civilizado.

O homem, para Rousseau, não se regenera pela destruição da sociedade e com o retorno à vida no meio das florestas. Embora privado, no estado social, de muitas vantagens da natureza, ele soube adquirir outras: capacidade de desenvolver-se mais rapidamente, ampliação dos horizontes intelectuais, enobrecimento dos sentimentos e elevação total da alma. Se os abusos do estado social civilizado não o colocassem abaixo da vida primitiva, o homem deveria bendizer sem cessar O instante feliz que o arrancou para sempre da animalidade e fez de um ser estúpido e limitado uma criatura inteligente. O propósito visado por Rousseau é combater os abusos e não repudiar os mais altos valores humanos.

Os abusos centralizam-se, para ele, na perda da consciência a que é conduzido o homem pelo culto dos refinamentos, das mentiras convencionais, da ostentação da inteligência e da cultura, nas quais se busca mais a admiração do próximo do que a satisfação da própria consciência. Rousseau, em uma palavra, não pretende queimar bibliotecas ou destruir universidades e academias; reconhece a função útil das ciências e das arfes, mas não quer ver os artistas e intelectuais submetidos aos caprichos frívolos das modas passageiras. Pelo contrário, glorifica os esforços laboriosos da conquista intelectual verdadeira, que se realiza na luta contra os obstáculos da violência e na atividade do espírito critico, livre de pressões.

*(Adaptado do encarte, sem identificação de autoria, do volume **Rousseau = Os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1973, p. 474-475*

É adequada a articulação entre os tempos e os modos das formas verbais na seguinte frase:

(A) Rousseau dava demonstração de que respeitava o saber das universidades e das academias a cada vez que reconhecia a função útil das ciências.
(B) Caso não viesse a glorificar os esforços laboriosos da conquista intelectual verdadeira, Rousseau não terá lutado contra os obstáculos da irracionalidade.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

(C) Embora nunca tenha pretendido exaltar a animalidade do selvagem, ocorrera que muitos intérpretes de Rousseau houvessem de atribuir-lhe tal intenção.
(D) Os abusos da vida social civilizada teriam colocado o homem muito abaixo da vida primitiva, caso ele venha de falo a cometê-los.
(E) Para Rousseau, os abusos do estado social centralizar-se-iam na perda da consciência a que o conduzirá o culto dos refinamentos artificiais.

3. (FCC - 2023)

Atenção: Para responder às questão, baseie-se no texto abaixo.

Relógios

O dramaturgo Nelson Rodrigues - criatura de temperamento trágico e célebre autor de frases antológicas - terá dito um dia, talvez paternalmente: "Jovens, envelheçam" Eis aqui um pedido desnecessário: a velhice virá. de qualquer modo. para quem conseguir envelhecer. Por outro lado, a juventude nunca se perde de todo: aposenta-se fica guardadinha vocação nostálgica do copo e ainda ajudará, ao fim de tudo, a compor os traços da boa melancolia. das lembranças que Os seres crepusculares ainda consigam tonificar dentro de si.

Não fossem os variados impulsos do tempo, com o que iríamos nos distraindo? Todos passamos por várias idades, por vários tipos de relógio. Há os que adiantam as coisas. há os que as atrasam. E há os que param inteiramente fora de hora. Sem falar nos relógios exibidos que se acham especialmente importantes e Insistem em cantar a cada quarto de hora.

Jovens, envelheçam" — eis a provocação desmedida que partiu de um senhor já vivido e definitivamente cético. As paixões juvenis têm pressa, meu caro Nelson Rodrigues. e exigem providências imediatas. Ninguém segura as ondas de um mar revolto.

E se fôssemos falar do tempo da infância, quando nossa imaginação esta no grau natural de nossas primeiras reflexões interrogativas? Eis aí um relógio que fica fazendo tique-taque, sem querer parar, em algum canto de alguma casa perdida.

Numa cena da minha mais antiga memória de menino, eu estava sentado na sarjeta, depois de uma chuva grossa, em frente de casa, com os pés na água da enxurrada que sequestrava meus olhos fixos, fazendo -me esquecer de mim mesmo e e da necessidade de voltar a algum lugar, enquanto olhava infinitamente para os rebrilhos daquele riachinho escorregando rua abaixo. Creio que foi esta a primeira vez que entrei num tempo especial um tampo esvaziado de tempo. Uma espécie de relógio sem ponteiros. Muito tempo depois, acabei envelhecendo, sim. seu Nelson Rodrigues.

(MEDEIROS, Alcindo Fortunato. ***Casos de almanaque,*** *a editar*

São muitos os relógios que comandam nossa vida: não há como destituir esses relógios do poder de decisão que advém desses relógios nem podemos i gnorar o arbítrio desses relógios no instante em que decidem fazer soar nossa última hora.

Para evitar as viciosas repetições do período acima, impõe-se substituir os elementos sublinhados, na ordem dada, por:

(A) deles destituir - advém deles - ignorar-lhes seu arbítrio
(B) destituir-lhes - advém-lhes - ignorar-lhes o arbítrio
(C) destituí-los - deles advém - ignorar seu arbítrio
(D) os destituir - lhes advém - ignorá-los o arbítrio
(E) lhes destituir - os advém - lhes ignorar arbítrio

4. (FCC - 2024)

Leia o texto abaixo para responder à questão.

Ninguém come dinheiro

Quando falo de humanidade, não estou falando só do Homo sapiens, me refiro a uma imensidão de seres que nós excluímos desde sempre: caçamos baleias, tiramos barbatana de tubarão, matamos leão e o penduramos na parede para mostrar que somos mais bravos que ele. Além da matança de todos os outros humanos que a gente achou que não tinham nada, que estavam aí só para nos suprir com roupa, comida, abrigo. Somos a praga do planeta, uma espécie de ameba gigante. Ao longo da história, os humanos — aliás, esse clube exclusivo da humanidade, que está na Declaração Universal dos Direitos Humanos e nos protocolos das instituições — foram devastando tudo ao seu redor. É como se tivessem elegido uma casta, a humanidade, e todos que estão fora dela são a sub-humanidade. **Não são só os caiçaras, quilombolas e povos indígenas, mas toda vida que deliberadamente largamos à margem do caminho.** E o caminho é o progresso: essa ideia prospectiva de que estamos indo para algum lugar. Há um horizonte, estamos indo para lá, e vamos largando no percurso tudo que não interessa, o que sobra, a sub-humanidade — alguns de nós fazemos parte dela.

É incrível que esse vírus que está aí agora esteja atingindo só as pessoas. Foi uma manobra fantástica do organismo da Terra tirar a teta da nossa boca e dizer:

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

1. (FCC - 2026)

Os números a seguir encontram-se em ordem crescente.

3; 5; 7; 10; x; 14; y; 26

Se esses números são distintos e sua média aritmética é 12, então

a) $12 \leq x \leq 13$
b) $18 \leq y \leq 20$
c) $17 \leq y \leq 19$
d) $11 \leq x \leq 12$
e) $17 \leq y \leq 20$

2. (FCC - 2022)

Em um consultório dentário anota-se diariamente o nome do paciente, o horário de início e término de cada consulta. A tabela a seguir mostra as consultas realizadas em um dia.

Paciente	Início	Término
A	10h45	11h20
B	11h30	12h15
C	14h	14h40
D	15h10	15h40
E	16h05	17h00

O tempo médio, em minutos, de uma consulta foi

(A) 40
(B) 35
(C) 42
(D) 45
(E) 41

3. (FCC - 2026)

Considere uma amostra $x_1, \ldots, x_n$. Sabendo-se que nessa amostra a moda < mediana < média aritmética, então o valor m que minimiza $\sum_{i=1}^{n}(x_i - m)^2$ será

(A) o valor mínimo da amostra.
(B) o valor máximo da amostra.
(C) a mediana amostral.
(D) a moda amostral.
(E) a média aritmética da amostra.

4. (FCC - 2026)

Um grupo de amigos decidiu angariar fundos para a compra de uma cadeira de rodas. Solicitou a 100 pessoas que fizessem uma doação de R$ 100,00, ou uma porcentagem desse valor.

O quadro a seguir mostra as doações recebidas.

Doação	Número de doadores
10%	10
20%	10
40%	20
50%	35
100%	25

O valor médio doado pelas 100 pessoas é

(A) R$ 50,00
(B) R$ 52,00
(C) R$ 51,50
(D) R$ 52,50
(E) R$ 53,50

5. (FCC - 2021)

O número de processamento de documentos da Divisão de Pesquisa e Informação do Tribunal de Justiça requer uma análise refinada de variáveis quantitativas. Dentre os procedimentos analíticos, indicam-se as medidas de dispersão, representadas por

(A) Média harmônica e Média geométrica.
(B) Amplitude total e Desvio médio absoluto.
(C) Moda e Mediana.
(D) Média aritmética simples e Média aritmética ponderada.
(E) Mediana para dados agrupados em classes e Mediana para dados não agrupados.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

6. (FCC - 2022)

Uma população P_1 é formada pelos salários, em salários mínimos (SM), dos 100 empregados em uma empresa. A média dos salários de P_1 é igual a 4 SM com um coeficiente de variação igual a 20%. A empresa decide contratar mais 25 empregados ganhando, cada um, 6 SM e verifica que o salário médio passa a ser de 4,4 SM. A nova população P_2 formada, com 125 empregados, apresenta uma variância igual a

(A) 1,152
(B) 1,440
(C) 1,248
(D) 1,210
(E) 1,690

7. (FCC - 2025)

Um número inteiro e positivo é chamado de bidivisível se ele é divisível por sua unidade e por sua dezena, por exemplo, 36 é bidivisível, pois é divisível por 3 e por 6.

A quantidade de números bidivisíveis entre 10 e 30 é

(A) 2
(B) 6
(C) 4
(D) 5
(E) 3

8. (FCC - 2024)

Seja X o maior divisor do número 248 que é menor do que 100 e Y o menor múltiplo de 16 que é maior do que 200. A diferença Y-X é igual a

(A) 146
(B) 224
(C) 190
(D) 172
(E) 232

9. (FCC - 2025)

A soma de 3 números inteiros, positivos e distintos entre si é 9. Se o produto desses três números é 15, a soma do maior com o menor desses números é

(A) 5.
(B) 9.
(C) 8.
(D) 6.
(E) 7.

10. (FCC - 2024)

Ana, Beto e Clara foram e uma lanchonete e pediram o mesmo lanche. Ana estava sem dinheiro e Beto e Clara pagaram juntos os três lanches. Beto pagou R$ 35,00 e Clara pagou R$ 29.50. Para acertar as contas da lanchonete, Ana deve devolver, em R$, a Beto

(A) 8,00.
(B) 21,50.
(C) 13,50.
(D) 9,50.
(E) 12,00.

11. (FCC - 2021)

Seu João observou que em seu armário da cozinha há duas pilhas de copos, com borda, idênticos: uma com 3 copos cuja altura é de 9,5 cm e outra com 5 copos e cuja altura é de 10,5 cm, conforme a figura, abaixo.

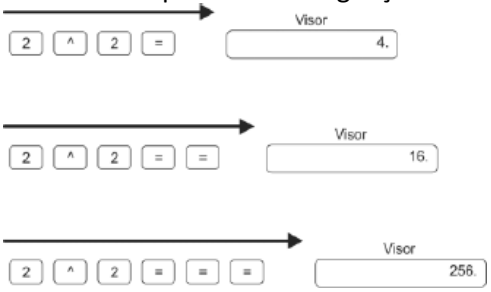


A altura de 1 copo, em centímetros, é

(A) 7,5.
(B) 6,5.
(C) 8,0.
(D) 7,0.
(E) 8,5.

12. (FCC - 2022)

Considere três sequências de digitações em uma calculadora científica envolvendo a tecla de potência (tecla de acento circunflexo), e os respectivos resultados mostrados no visor após a última digitação:



Ou seja, toda vez que a tecla de igual é digitada, a última operação é repetida com o número que estiver no visor. Considere uma nova sequência de digitação nessa mesma calculadora:



O resultado que aparecerá produzido por essa calculadora após a digitação dessa sequência será equivalente, em potência de base 2, a

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

NOÇÕES DE LEGISLAÇÃO

1. (2026)

A Resolução CNJ nº 400/2021 estabelece diretrizes para a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário. Considerando o artigo 2º, com redação dada pela Resolução CNJ nº 641/2025, os modelos de gestão organizacional devem incorporar diferentes dimensões do desenvolvimento sustentável. Nesse contexto, assinale a alternativa que apresenta corretamente as características exigidas para as ações institucionais.

(A) As ações devem priorizar exclusivamente a redução de despesas administrativas e a preservação dos recursos naturais, independentemente dos impactos sociais.

(B) A sustentabilidade deve ser desenvolvida por iniciativas ambientais facultativas, sem necessidade de integração aos processos estruturados de gestão.

(C) As medidas de sustentabilidade devem concentrar-se na eficiência econômica, ficando a inclusão social subordinada à disponibilidade financeira.

(D) As ações devem ser ambientalmente corretas, economicamente viáveis, socialmente justas e inclusivas, culturalmente diversas e inovadoras, pautadas na integridade.

(E) Os órgãos devem adotar medidas sustentáveis apenas nas atividades administrativas, excluindo os processos de contratação e a gestão de pessoas.

2. (2026)

Um tribunal pretende modificar seus procedimentos de aquisição de materiais, buscando reduzir impactos ambientais e melhorar a utilização dos recursos públicos. De acordo com os §§ 1º e 2º do artigo 2º da Resolução CNJ nº 400/2021, a implementação de ações ambientalmente corretas e economicamente viáveis deve considerar determinados pressupostos. Assinale a alternativa correta.

(A) A aquisição de produtos de menor preço deve prevalecer sobre qualquer análise relacionada à necessidade da contratação ou ao ciclo de vida dos materiais.

(B) A redução do consumo, o reaproveitamento, a reciclagem, a revisão dos padrões de consumo e a análise do ciclo de vida dos produtos devem ser associados à eficiência contínua dos gastos e à análise de custo-benefício.

(C) As ações de sustentabilidade ambiental devem ser executadas sem integração com os processos de planejamento financeiro institucional.

(D) A eficiência econômica pressupõe a substituição periódica de equipamentos, mesmo quando ainda apresentam condições adequadas de utilização.

(E) A análise ambiental dos produtos deve limitar-se à destinação final, desconsiderando as etapas anteriores de produção e consumo.

3. (2026)

O artigo 3º da Resolução CNJ nº 400/2021 estabelece conceitos utilizados na política de sustentabilidade do Poder Judiciário. Entre eles, encontram-se as expressões coleta seletiva e coleta seletiva solidária. Considerando a distinção normativa entre essas práticas, assinale a alternativa correta.

(A) A coleta seletiva corresponde exclusivamente à destinação de resíduos perigosos, enquanto a coleta seletiva solidária abrange qualquer descarte de materiais.

(B) A coleta seletiva solidária dispensa a separação prévia dos resíduos, desde que sejam encaminhados posteriormente a empresas especializadas.

(C) Ambas as práticas são equivalentes e necessariamente exigem que os resíduos sejam encaminhados a cooperativas privadas contratadas.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

(D) A coleta seletiva constitui procedimento restrito aos resíduos orgânicos, enquanto a coleta seletiva solidária se refere apenas aos resíduos eletrônicos.
(E) A coleta seletiva envolve resíduos sólidos previamente separados conforme sua constituição ou composição, enquanto a coleta seletiva solidária destina resíduos recicláveis separados na fonte geradora a associações e cooperativas de catadores.

4. (2026)

A Resolução CNJ nº 400/2021, em seu artigo 3º, apresenta conceitos relacionados à sustentabilidade administrativa, entre os quais se destacam a logística sustentável e o ponto de equilíbrio. Considerando a aplicação dessas definições na gestão de materiais e serviços, assinale a alternativa correta.

(A) A logística sustentável envolve a coordenação do fluxo de materiais, serviços e informações, do fornecimento ao desfazimento, considerando aspectos ambientais, sociais e econômicos, enquanto o ponto de equilíbrio corresponde à quantidade ideal de recursos materiais necessária à execução eficiente das atividades.
(B) A logística sustentável limita-se ao transporte de materiais recicláveis, enquanto o ponto de equilíbrio corresponde ao menor orçamento anual disponível.
(C) A logística sustentável restringe-se à destinação final dos resíduos, enquanto o ponto de equilíbrio determina a quantidade máxima de materiais armazenados.
(D) A logística sustentável dispensa a análise dos impactos econômicos, enquanto o ponto de equilíbrio exige a eliminação completa de estoques.
(E) A logística sustentável aplica-se exclusivamente às empresas contratadas, enquanto o ponto de equilíbrio é definido pela quantidade de servidores existentes no órgão.

5. (2026)

O artigo 5º da Resolução CNJ nº 400/2021 disciplina o Plano de Logística Sustentável (PLS) , instrumento utilizado para integrar práticas de sustentabilidade e racionalização à gestão institucional. Considerando suas características e sua relação com a governança das contratações públicas, assinale a alternativa correta.

(A) O PLS constitui documento exclusivamente ambiental, desvinculado do planejamento estratégico e dos processos de contratação pública.
(B) O PLS deve conter apenas orientações genéricas, sendo dispensáveis indicadores, metas e mecanismos de avaliação.
(C) O PLS deve alinhar-se à Estratégia Nacional do Judiciário e aos planos estratégicos dos órgãos, contemplando objetivos, responsabilidades, indicadores, metas, prazos e mecanismos de monitoramento e avaliação de resultados.
(D) O PLS é instrumento facultativo, destinado exclusivamente aos tribunais que mantenham unidades administrativas especializadas em meio ambiente.
(E) O PLS substitui os planos institucionais de gestão de pessoas, orçamento e contratação, centralizando todas as decisões administrativas.

6. (2026)

Conforme os artigos 6º e 7º da Resolução CNJ nº 400/2021, com as alterações introduzidas pelas Resoluções CNJ nº 550/2024 e nº 594/2024, o Plano de Logística Sustentável deve contemplar indicadores de desempenho relacionados a temas mínimos. Considerando essas exigências, assinale a alternativa correta.

(A) Os indicadores devem limitar-se ao consumo de energia elétrica, água, materiais de expediente e combustíveis.
(B) A definição de indicadores é atribuição exclusiva do CNJ, não sendo admitida seleção conforme a realidade institucional de cada órgão.
(C) A equidade, a diversidade e a qualidade de vida não integram os temas mínimos do PLS, por constituírem matérias exclusivamente relacionadas à gestão de pessoas.
(D) A descarbonização deve ser acompanhada apenas por órgãos que já tenham alcançado a neutralidade de carbono.
(E) O PLS deve contemplar, entre outros temas, energia elétrica, água e esgoto, gestão de resíduos, qualidade de vida, equidade e diversidade, aquisições e contratações sustentáveis e descarbonização.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

1. (FCC - 2025)

De acordo com o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional.

(A) são da competência do Tribunal, exclusivamente, os crimes contra a humanidade, o crime de genocídio e os crimes de guerra.

(B) salvo disposição contrária do Estatuto, nenhuma pessoa poderá ser julgada pelo Tribunal por atos constitutivos de crimes pelos quais este já a tenha condenado ou absolvido.

(C) uma pessoa poderá ser considerada criminalmente responsável, nos termos do Estatuto, por uma conduta anterior a sua entrada em vigor.

(D) se o direito aplicável a um caso for modificado antes ou depois de proferida sentença definitiva, aplicar-se-á sempre a nova regra à pessoa objeto de inquérito, acusada ou condenada.

(E) o Tribunal não será competente para julgar as pessoas físicas que praticarem crimes previstos no Estatuto, não as podendo considerar individualmente responsáveis nem as punir.

2. (FCC - 2025)

De acordo com o Estatuto de Roma - promulgado pelo Decreto nº 4.388/2002, o Tribunal Penal Internacional **NÃO** terá competência para julgar

(A) crimes de guerra.

(B) o crime de agressão, desde que cumpridas as disposições pertinentes.

(C) o crime de tráfico de drogas.

(D) crimes contra a humanidade.

(E) o crime de genocídio.

3. (FCC - 2022)

Ao comparar a tipificação do crime de desaparecimento forçado de pessoas na Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas (CIDF) com o estabelecido sobre o mesmo assunto pelo Estatuto de Roma sobre Tribunal Penal Internacional (ERTPI), conclui-se que

(A) no ERTPI, a privação de liberdade da vítima, elemento constitutivo do desaparecimento forçado, é prevista como detenção, prisão ou sequestro de pessoas, ao passo que, no âmbito da CIDF, é tratado de maneira mais ampla, em qualquer de suas formas.

(B) o ERTPI atribui o crime somente ao Estado e seus cúmplices, ao passo que, na CIDF, o crime pode ser praticado tanto por organizações políticas, quanto pelo Estado ou por grupos irregulares, desde que com sua autorização, apoio ou aquiescência.

(C) na CIDF, a conduta incriminadora de privar da liberdade, mediante prisão, detenção ou sequestro, deve ser parte de um ataque generalizado ou sistemático à população civil, enquanto que, para o ERTPI, deverá se dar contra uma pessoa ou grupo de pessoas.

(D) a intenção de deixar as vítimas fora do amparo da lei por um período prolongado é requisito para caracterização do desaparecimento forçado no ERTPI, mas tal elementar não é essencial para caracterização do mesmo crime no âmbito da CIDF.

(E) segundo o ERTPI, a caracterização do desaparecimento forçado depende de recusa dolosa específica do agente estatal em reconhecer a privação de liberdade ou a morte das vítimas, ao passo que, na CIDF, a falta de informações oficiais sobre as vítimas pode advir de mera de negligência do Estado em não garantir transparência nas ações daqueles que agem em seu nome.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

4. (FCC - 2021)

O Tribunal Penal Internacional

(A) foi criado pela Convenção de Haia e tem atuação suplementar em relação às jurisdições penais nacionais.

(B) não integra o sistema da Organização das Nações Unidas e tem como competência julgar crimes de guerra.

(C) poderá autorizar, em casos excepcionais, a intervenção em conflitos armados para cessar a prática de genocídio.

(D) não sancionará estados ou empresas, limitando sua jurisdição a indivíduos e grupos por eles organizados para prática sistemática de crimes.

(E) contará com instalações próprias destinadas ao cumprimento das penas privativas de liberdade que aplicar.

5. (FCC - 2021)

A definição e o conceito do crime contra a humanidade estão detalhadamente previstos

(A) na Convenção contra a Tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes.

(B) na Convenção para a Prevenção e Punição ao Crime de Genocídio.

(C) na Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados.

(D) no Estatuto de Roma sobre Tribunal Penal Internacional.

(E) na Convenção Internacional para a Prevenção dos Crimes contra a Humanidade.

6. (FCC - 2026)

Segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos, todo ser humano tem direito

(A) à instrução, que será parcialmente gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais.

(B) à liberdade de opinião e expressão, como também ao acesso a informações além das fronteiras, mesmo que de modo limitado.

(C) à liberdade de pensamento, consciência e religião, não estando incluída no texto a liberdade de mudar de religião ou crença.

(D) de tomar parte no governo de seu país de forma direta por intermédio de plebiscito e referendo.

(E) ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego.

7. (FCC - 2022)

Segundo regra expressa do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, ninguém poderá ser preso

(A) sem que haja ordem de prisão determinada pela autoridade judicial competente.

(B) sem que tenha sido condenado definitivamente em segunda instância.

(C) se descumprir lei que afronte os princípios e regras de direitos humanos.

(D) apenas por não poder cumprir com uma obrigação contratual.

(E) enquanto estiver prestando trabalho cívico, por convocação oficial, em ação destinada à preservação do bem-estar social.

8. (FCC - 2022)

Preveem a possibilidade de o risco à saúde pública justificar a limitação a direitos humanos previstos em tratados internacionais

(A) a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem.

(B) o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos e a Convenção Americana de Direitos Humanos.

(C) o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e o Protocolo de San Salvador em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

(D) a Convenção Internacional sobre Direitos das Pessoas com Deficiência e a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.

(E) a decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos nos casos Damião Ximenes vs. Brasil e Poblete Vilches vs. Chile.

9. (FCC - 2021)

O Primeiro e Segundo Protocolos Facultativos ao Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos tratam, respectivamente,

(A) da criação do Comitê de Direitos Humanos e do enfrentamento e combate à tortura.

(B) de comunicações individuais ao Comitê de Direitos Humanos e da abolição da pena de morte.

(C) do enfrentamento e combate à tortura e da abolição da pena de morte.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

1. (FCC - 2026)

Um técnico administrativo precisa encontrar rapidamente em seu computador um relatório importante chamado MP-SE.docx que ele salvou na pasta Documentos.

Considerando que ele já está com uma janela do Explorador de Arquivos do Windows 11 aberta em sua área de trabalho, o procedimento para localizar esse arquivo consiste em

(A) navegar manualmente através de todas as pastas no painel lateral, clicando em cada uma para expandir seu conteúdo e verificar se o arquivo está dentro.

(B) pressionar as teclas Ctrl + S para habilitar a barra de procura, digitar MP-SE.docx e na sequência clicar em Procurar.

(C) selecionar a pasta Documentos e utilizar a barra de pesquisa localizada no canto superior direito para digitar o nome completo ou parte do nome do arquivo
MP-SE.docx.

(D) selecionar a opção Modo de Exibição na barra de ferramentas e alterar para Ícones Grandes para visualizar melhor as miniaturas de cada arquivo.

(E) clicar em Novo item para habilitar uma nova procura e digitar MP-SE.docx, na sequência, clicar em Procurar.

2. (FCC - 2025)

No Windows 11, aberto e funcionando em condições ideais, um Técnico Administrativo precisa alterar o navegador web padrão para o Google Chrome.

Para isso, ele acessou a seção Configurações e na sequência clicou em

(A) Aplicativos e recursos, selecionou Google Chrome na lista e clicou em Definir como padrão.

(B) Aplicativos padrão, navegou até a opção Navegadores compatíveis e selecionou Google Chrome.

(C) Aplicativos para sites, navegou até a opção Navegadores compatíveis e selecionou Google Chrome.

(D) Aplicativos, clicou em Aplicativos padrão, localizou e clicou em Google Chrome na lista de aplicativos, e por fim, clicou em Definir padrão.

(E) Aplicativos do Windows, clicou em Aplicativos e recursos, selecionou Google Chrome na lista e clicou em Definir como padrão.

3. (FCC - 2025)

No Windows 11, para facilitar o acesso, pastas podem ser fixadas no Acesso Rápido do Explorador de Arquivos clicando-se

(A) no menu Arquivo e na opção Fixar no Acesso rápido.

(B) com o botão direito do mouse sobre o nome da pasta e selecionando a opção Fixar no Acesso rápido.

(C) no menu Opções e na opção Fixar no Acesso rápido.

(D) com o botão direito do mouse sobre o nome da pasta, selecionando Criar Atalho e selecionando Acesso Rápido.

(E) no menu Opções, na opção Pastas e, em seguida, em Fixar no Acesso rápido.

4. (FCC - 2024)

No sistema operacional Windows 11, aberto e funcionando em condições ideais, um analista pressionou simultaneamente as tecias ctrl + shift + n na área de trabalho e, posteriormente, realizou o mesmo procedimento no navegador web padrão, tendo como resultado a

(A) criação de nova pasta na Área de Trabalho e abertura de uma nova janela *inPrivate* no navegador padrão.

(B) seleção de todas as pastas e arquivos da Área de Trabalho e abertura de uma nova aba no navegador padrão.

(C) seleção de todas as pastas e arquivos da Área de Trabalho e abertura de uma nova janela em modo privado no navegador padrão.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

(D) criação de um arquivo do tipo . txt na Área de Trabalho e abertura de uma nova janela no navegador padrão.
(E) criação de um Atalho na Área de Trabalho e abertura de uma nova aba em modo privativo no navegador padrão.

5. (FCC - 2025)

No Windows 10, funcionando em condições ideais, um Analista Judiciário de um Tribunal Regional do Trabalho, estando no *prompt* de comando - cmd executado como Administrador, aplicou *ATTRIB + R* para um dado arquivo porque ele pretende defini-lo como
(A) de sistema.
(B) leitura e gravação.
(C) oculto.
(D) morto.
(E) somente leitura.

6. (FCC - 2025)

Os computadores utilizados na rede interna de um Tribunal devem estar protegidos contra ataques de malware e acessos não autorizados.

Em máquinas com esse sistema operacional instalado e funcionando em condições ideais, o Windows 10
(A) possui *antispywares,* que são utilizados exclusivamente para remover vírus que já infectaram o sistema, assim esses vírus são neutralizados e não oferecem mais nenhum tipo de ameaça.
(B) oferece o *Windows Defender Antivírus* de forma nativa. Estando no modo ativo, os arquivos são verificados, as ameaças são corrigidas e as ameaças detectadas são listadas nos relatórios de segurança.
(C) oferece segurança nativa para bloqueio de *worms,* um tipo de *malware* que exige interação do usuário para se propagar na rede, como clicar em um *link* ou abrir um arquivo infectado.
(D) dispensa a configuração de um *firewall,* caso já haja um antivírus instalado, pois o antivírus realiza todas as funções de proteção contra acessos não autorizados.
(E) possui um recurso nativo chamado *Defender Shield,* que impede a instalação de qualquer programa malicioso e monitora todas as ameaças. caso esteja executando no modo S.

7. (FCC - 2025)

Sobre a função do Windows Defender Firewall do Windows 10 e o combate a vírus, *worms* e outras pragas virtuais, ele
(A) bloqueia automaticamente a execução de arquivos infectados com vírus ou *worms* no sistema operacional.
(B) impede conexões de rede não autorizadas com base no endereço IP, protocolo ou porta.
(C) remove automaticamente *malwares* detectados em conexões de entrada e saída da rede.
(D) desativa qualquer aplicação que tente acessar a internet sem a permissão do usuário.
(E) é responsável por realizar varreduras completas no sistema em busca de vírus e outras ameaças.

8. (FCC - 2025)

Um Agente de Suporte Educacional clicou sobre o nome de um arquivo comum em uma pasta do Windows e pressionou a tecla **Del (Delete)** simultaneamente com outra tecla e recebeu a mensagem: "*Tem certeza de que deseja excluir este arquivo permanentemente?*" A tecla conjunta que ele pressionou foi:
(A) Shift
(B) Alt Gr
(C) Alt
(D) Windows
(E) Ctrl

9. (FCC - 2025)

Um Tribunal Regional do Trabalho está enfrentando problemas de lentidão na inicialização, execução desnecessária de processos em segundo plano e dificuldade no gerenciamento de permissões de usuários em computadores que utilizam o Windows 10, instalado e funcionando em condições ideais. Com os devidos privilégios, a solução mais adequada para mitigar esses problemas é:
(A) Realizar reinstalações periódicas do Windows 10 para remover processos desnecessários e garantir que o sistema continue operando com alto desempenho.
(B) Ativar o Modo de Alto Desempenho nas configurações de energia para reduzir o consumo de memória RAM e melhorar o tempo de inicialização do sistema.
(C) Desativar o Windows Defender Firewall e o Controle de Conta de Usuário (UAC) para diminuir a carga de processos em segundo plano e otimizar o desempenho da máquina.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. (FCC - 2021)

A modificação constitucional em que não há vontade de alterar o texto, mas é reflexo da sociedade sobre a qual este incide, é conhecida como

(A) revisão constitucional.
(B) mutação constitucional.
(C) interpretação constitucional.
(D) reforma constitucional.
(E) concordância prática constitucional.

2. (FCC - 2024)

Em conformidade com a Constituição Federal, a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais, pelos seguintes princípios, dentre outros:

(A) cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; não concessão de asilo político; igualdade entre os Estados.
(B) independência nacional; não intervenção; não concessão de asilo político.
(C) prevalência dos direitos humanos; não integração cultural dos povos da América Latina; intervenção.
(D) repúdio ao terrorismo; intervenção; defesa da paz.
(E) repúdio ao racismo; solução pacífica dos conflitos; autodeterminação dos povos.

3. (FCC - 2022)

Em consonância com as normas constitucionais, trata-se de princípio pertencente às relações internacionais da República Federativa do Brasil:

(A) Liberdade de expressão.
(B) Pluralismo político.
(C) Prevalência dos direitos humanos.
(D) Liberdade de associação.
(E) Livre iniciativa.

4. (FCC - 2025)

Considere a ConstituiçãoFederal de 1988 para responder à questão.

Fernando possui uma pequena propriedade rural, assim definida em lei. Considerando que Fernando tenha débitos decorrentes de sua atividade produtiva, com base apenas nas informações fornecidas, seria proeminente que

(A) será objeto de penhora para pagamento dos débitos mencionados, ainda que trabalhada pela família.
(B) não será objeto de penhora para pagamento dos débitos mencionados, desde que trabalhada pela família.
(C) não será objeto de penhora para pagamento dos débitos mencionados, assim como a média e a grande propriedade rural, independentemente de ser trabalhada pela família.
(D) será objeto de penhora para pagamento dos débitos mencionados, desde que trabalhada pela família.
(E) não será objeto de penhora para pagamento dos débitos mencionados, assim como a média e a grande propriedade rural, desde que trabalhada pela família.

5. (FCC - 2024)

De acordo com o que estabelece a Constituição Federal acerca dos direitos e garantias fundamentais,

(A) somente será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião.
(B) nenhum brasileiro será extraditado, salvo nos casos de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.
(C) somente se justifica a censura às manifestações políticas, ideológicas ou artísticas quando fundamentadas nos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

(D) a prática da tortura para a obtenção de prova em crimes graves é excepcionalmente justificável diante da primazia da proteção à vida e à liberdade.
(E) é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.

6. (FCC - 2024)
A Constituição Federal assegura, nos termos da lei,
(A) legitimidade para a impetração de mandado de segurança coletivo à organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e desde que em funcionamento há pelo menos dois anos, em defesa dos interesses da coletividade.
(B) aos autores de inventos industriais, privilégio vitalício para sua utilização.
(C) a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, exceto nas atividades desportivas.
(D) o direito à proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais.
(E) mediante o pagamento de taxas, a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal ou coletivo.

7. (FCC - 2024)
De acordo com o que estabelece a Constituição Federal, acerca dos direitos e garantias fundamentais,
(A) ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.
(B) a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, só poderá ser compulsoriamente dissolvida ou ter sua atividade suspensa por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado.
(C) no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, mediante justa e prévia indenização em dinheiro.
(D) é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.
(E) todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.

8. (FCC - 2024)
NÃO se trata de direito individual e coletivo previsto na Constituição Federal:
(A) O civilmente identificado será submetido à identificação criminal, para garantia do devido processo legal.
(B) Ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente.
(C) A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.
(D) O preso será informado de seus direitos. entre os quais o de permanecer calado. sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado.
(E) O preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial.

9. (FCC - 2022)
O princípio da legalidade previsto no art. 5º da Constituição da República corresponde à regra de que
(A) todos os cidadãos se submetem à lei sem distinção e privilégio, dependendo as exceções de expressa previsão legal.
(B) a República Federativa do Brasil se rege segundo as leis votadas pelo Congresso Nacional, de acordo com o processo legislativo.
(C) no Estado Democrático de Direito a vontade do governante é submetida à vontade do Poder Legislativo expressa por meio de leis.
(D) ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.
(E) o ordenamento jurídico nacional, por meio de sua legislação penal, punirá os atos que se desviem da legalidade.

10. (FCC - 2022)
A exemplo do que ocorreu com a "Convenção Internacional sobre os direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo", segundo disposto na Constituição Federal, um tratado internacional de direitos humanos aprovado em dois turnos, em cada casa do Congresso Nacional, por três quintos dos votos dos respectivos membros, será equivalente

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. (FCC - 2024)
Considere os seguintes princípios e descrições:

Princípios	Descrições
I. Indisponibilidade do interesse público. II. Supremacia do interesse público. III. Continuidade do serviço público.	1. Envolve a possibilidade, nos termos da lei, de constituir terceiros em obrigações mediante atos unilaterais. 2. Importa que o próprio órgão que representa os interesses, não os titula, cabendo-lhe apenas a curadoria, segundo a *intentio legis.* 3. Consagra a ideia de que a Administração Pública é fruto da submissão do Estado à Lei e somente conforme ela pode ser exercida.

Representa a associação entre princípios e descrições:
(A) **I - 1 e III** - 2
(B) **I - 2 e II -** 1.
(C) **II - 3 e III -** 1.
(D) **I - 3 e II -** 2.
(E) **I - 1 e III** - 3

2. (FCC - 2025)
No que concerne aos princípios que regem a atuação da Administração Pública, tem-se que o princípio da
(A) segurança jurídica é superior ao princípio da legalidade e tem como escopo evitar a sobreposição de leis editadas por diferentes entes federados, tendo sido positivado a partir da divisão em competências legislativas previstas na Constituição Federal.
(B) moralidade demanda sempre uma ponderação com o principio da legalidade, ao qual se sobrepõe em termos de precedência, sendo que um ato que não atenda à moralidade também não observa à legalidade estrita.
(C) legalidade afasta o denominado princípio da reserva da administração é demanda autorização legislativa para todas as ações da Administração, dado que ao poder público somente é permitido fazer o que a lei autorize,
(D) proporcionalidade predica que ninguém deve estar obrigado a suportar constrições em sua liberdade ou propriedade que não sejam indispensáveis à satisfação do interesse público,
(E) economicidade aplica-se exclusivamente às empresas públicas e sociedades de economia mista, tendo em vista ter sido inserido em nosso sistema jurídico por emenda à constituição no bojo da reforma administrativa.

3. (FCC - 2026)
Ao tomar posse em um cargo público, o servidor deve exercer suas atividades de acordo com
(A) normas éticas e morais da instituição e da profissão, que orientam a convivência e a conduta no ambiente de trabalho.
(B) regras técnicas apenas, uma vez que a ética dependerá exclusivamente de seus valores pessoais.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

(D) normas morais pessoais do servidor, cabendo ao órgão público adaptar-se a elas.
(E) regras definidas pela chefia direta do órgão de vinculação sem qualquer reflexão ética ou moral.

4. (FCC - 2024)

A impossibilidade de a Administração Pública rever um ato administrativo já praticado, por meio do qual concedeu regularmente a um particular determinado direito, tem fundamento nas normas constitucionais que, dentre os direitos e garantias fundamentais, estabeleceram a proteção ao
(A) direito adquirido e à impessoalidade.
(B) direito adquirido e à coisa julgada.
(C) direito adquirido e à propriedade privada.
(D) ato jurídico perfeito e à coisa julgada.
(E) ato jurídico perfeito e ao direito adquirido.

5. (FCC - 2022)

O princípio pelo qual a Administração Pública direta fiscaliza as atividades dos entes da Administração indireta, com o objetivo de garantir a observância de suas finalidades institucionais, é conhecido pela doutrina como princípio da
(A) tutela.
(B) eficiência.
(C) hierarquia.
(D) autotutela.
(E) continuidade do serviço público.

6. (FCC - 2026)

O atributo pelo qual o ato administrativo deve corresponder a figuras definidas previamente pela lei como aptas a produzir determinados resultados é denominado de
(A) imperatividade.
(B) elementaridade.
(C) tipicidade.
(D) legitimidade.
(E) veracidade.

7. (FCC - 2022)

Em relação aos atos administrativos, o instrumento de que se valem as autoridades para transmitir ordens internas uniformes aos seus subordinados é denominado
(A) Despacho.
(B) Circular.
(C) Portaria.
(D) Alvará.
(E) Visto.

8. (FCC - 2024)

A Lei nº 13.655/2018 introduziu dispositivos na Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, para disciplinar que a decisão administrativa de invalidação de "ato, contrato, ajusta, processo ou norma administrativa" deve indicar as consequências jurídicas e administrativas advindas daquela decisão, assim como, "se o caso, indicar as condições para que a regularização ocorra de modo proporcional e equânime e sem prejuízo aos interesses gerais", vedando a imposição de ônus ou perdas anormais ou excessivos, de acordo com as peculiaridades do caso.

Considerando as disposições legais mencionadas, no que se refere à anulação e revogação de atos administrativos, a alteração legislativa
(A) confere efetividade ao princípio da segurança jurídica, abrangendo os fatos e fundamentos jurídicos da decisão, além de refletir os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade no que se refere aos efeitos dela.
(B) reduziu a diferença entre as duas espécies de invalidação de atos, deslocando a análise para os eixos de motivação, consequências jurídicas, sanções e efeitos.
(C) promoveu alteração nos critérios de revisão dos atos administrativos, impondo condição resolutiva às decisões de anulação.
(D) passou a exigir a modulação dos efeitos das decisões invalidatórias, sob pena de nulidade destas e possibilidade de submissão a controle de legalidade.
(E) restringiu a esfera de discricionariedade da Administração Pública no reexame dos atos dessa natureza, que passam a suscitar revogação apenas diante da presença de vícios de competência, forma e finalidade, precedida da dosimetria de impacto sobre as consequências da Invalidação.

9. (FCC - 2026)

Em relação aos poderes inerentes às funções do Poder Executivo, no âmbito de organização administrativa descentralizada,
(A) as empresas estatais não são legitimadas para exercer ou ser destinatárias de atos que expressem poder disciplinar, visto que este decorre do poder hierárquico e aquelas pessoas jurídicas não se sujeitam a relações dessa natureza em face da Administração Central.
(B) as autarquias, pessoas jurídicas de direito público instituídas por decreto do Chefe do Executivo do ente federado que integram, sujeitam-se ao poder

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

DIREITO DO TRABALHO

1. (FCC - 2025)

Gilson é trabalhador urbano, Paula é trabalhadora rural e Heloísa é trabalhadora doméstica. Em conformidade com a Constituição Federal de 1988, são direitos de Gilson, Paula e Heloísa, além de outros que visem a melhoria de sua condição social,

(A) repouso semanal remunerado, preferencialmente aos sábados; gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal; jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.

(B) proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei; fundo de garantia do tempo de serviço; aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no máximo de trinta dias.

(C) proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei; seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário ou involuntário; aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei.

(D) jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva; remuneração do trabalho ,noturno superior à do diurno; repouso semanal remunerado, sempre aos domingos.

(E) aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei; reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho; e décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria.

2. (FCC - 2025)

A Constituição Federal de 1988 assegura aos trabalhadores domésticos diversos direitos, dentre os quais

(A) proteção em face da automação, na forma da lei, e ação quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho.

(B) piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho e salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei.

(C) proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei, e adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei.

(D) garantia de salário nunca inferior ao mínimo para os que percebem remuneração variável e o reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho.

(E) proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos e jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.

3. (FCC - 2022)

Segundo o que estabelece a Constituição Federal acerca das normas de proteção ao trabalho do menor,

(A) o empregador, além do salário, deverá custear a educação do trabalhador carente menor de dezoito anos, mediante o fornecimento de bolsa de estudo, desde que comprovada a matrícula em estabelecimento regular de ensino.

(B) é proibido qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de doze anos.

(C) a jornada de trabalho do maior de dezesseis e menor de dezoito anos não deverá ultrapassar seis horas diárias.

(D) a remuneração do serviço do menor de dezoito anos deverá ser, no mínimo, cinquenta por cento maior que a do trabalhador adulto.

(E) é proibido o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

4. (FCC - 2022)

De acordo com o que estabelece a Constituição Federal acerca dos direitos sociais,

(A) é assegurado aos trabalhadores seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregado, sem excluir a indenização a que o empregador está obrigado, quando incorrer exclusivamente em dolo.

(B) é direito do trabalhador doméstico, piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.

(C) ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses exclusivamente coletivos da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas.

(D) é assegurado o direito de greve, competindo aos empregadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e aos trabalhadores sobre os interesses que devam por meio dele defender.

(E) é direito do trabalhador rural a licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias.

5. (FCC - 2022)

Denise trabalhou por quinze anos como diretora executiva em uma empresa privada, tendo sido hoje dispensada sem justa causa. Em conformidade com a Constituição Federal, são direitos da Denise, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no

(A) mínimo de trinta dias, nos termos da lei, e ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho.

(B) mínimo de trinta dias, nos termos da lei, e ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos, até o limite de cinco anos após a extinção do contrato de trabalho.

(C) máximo de trinta dias, nos termos da lei, e ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho.

(D) máximo de trinta dias, nos termos da lei, e ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos, até o limite de cinco anos após a extinção do contrato de trabalho.

(E) máximo de trinta dias, nos termos da lei, e ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de dois anos, até o limite de cinco anos após a extinção do contrato de trabalho.

6. (FCC - 2022)

Roberta é secretária executiva com vínculo empregatício em uma empresa privada há mais de dois anos. Em conformidade com a Constituição Federal, é direito de Roberta, dentre outros, seguro-desemprego, em caso de desemprego

(A) voluntário ou involuntário; assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até sete anos de idade em creches e pré-escolas; décimo terceiro salário com base na remuneração integral.

(B) voluntário ou involuntário; décimo terceiro salário com base na remuneração integral; gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal.

(C) involuntário (dispensa sem justa causa); décimo terceiro salário com base na remuneração integral; gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal.

(D) voluntário ou involuntário; assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até sete anos de idade em creches e pré-escolas; remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal.

(E) involuntário (dispensa por justa causa); remuneração do serviço extraordinário superior, no máximo, em cinquenta por cento à do normal; assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até sete anos de idade em creches e pré-escolas; décimo terceiro salário com base na remuneração integral.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

1. (FCC - 2025)

A Editora História dos Sonhos Ltda. foi intimada para apresentar Impugnação aos cálculos de liquidação apresentados em uma reclamação trabalhista em que foi condenada ao pagamento de verbas rescisórias. A intimação foi realizada exclusivamente pelo sistema do Processo Judicial Eletrônico (PJe). No prazo estabelecido, a empresa não apresentou a impugnação e os cálculos apresentados pela reclamante foram homologados. Alegou que não acessou o sistema em tempo hábil porque o responsável pelo acompanhamento dos processos estava em férias, que a intimação deveria ter sido publicada no diário oficial e requereu a devolução do prazo para apresentar a impugnação.

Com base na legislação e nas regras aplicáveis ao PJe na Justiça do Trabalho,

(A) a ausência de impugnação pela empresa não poderia implicar na imediata homologação dos cálculos da reclamante, pois as intimações lançadas no sistema do Processo Judicial Eletrônico (PJe) podem ser consultadas no prazo de até 60 dias contados da data do envio da intimação.

(B) o fato de o responsável pelo acompanhamento do PJe em nome da empresa estar em férias, desde que comprovada a alegação, Impede a homologação dos cálculos da reclamante, devendo o prazo de 10 dias para consulta ter inicio após o término das férias do responsável.

(C) a empresa não poderia requerer a devolução do prazo, mas poderia alegar a nulidade da intimação, pois as comunicações processuais no PJe exigem dupla garantia: publicação em diário oficial e disponibilização no sistema eletrônico.

(D) a intimação realizada exclusivamente pelo PJe é válida e dispensa publicação em diário oficial ou qualquer outra forma de comunicação.

(E) a ausência de impugnação pela empresa não poderia implicar na imediata homologação dos cálculos da reclamante, pois o juiz deveria nomear perito contábil para apuração do valor da condenação, determinando intimação da reclamada para manifestação sobre os cálculos periciais.

2. (FCC - 2025)

De acordo com a Lei que dispõe sobre a informatização do processo judicial e regula o uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais,

(A) os documentos cuja digitalização seja tecnicamente inviável devido ao grande volume ou por motivo de ilegibilidade deverão ser apresentados ao cartório ou secretaria ou encaminhados por meio de protocolo integrado judicial nacional no prazo de 10 dias contado do envio de petição eletrônica comunicando o fato, os quais serão devolvidos à parte após o trânsito em julgado.

(B) as notificações e intimações para a Fazenda Pública serão feitas por meio eletrônico, mas a sua citação deve ser feita diretamente ao seu representante legal, visando a proteção do interesse público.

(C) quando o ato processual tiver que ser praticado em determinado prazo, por meio de petição eletrônica, serão considerados tempestivos os efetivados somente até as 23 horas e 59 minutos do último dia.

(D) se o Sistema do Poder Judiciário se tornar indisponível por motivo técnico, a Presidência do Tribunal respectivo deve divulgar Portaria fixando os critérios para prorrogação dos prazos.

(E) os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos deverão ser certificados, quanto à sua autenticidade, pelo advogado da parte, sob pena de serem desconsiderados.

3. (FCC - 2022)

Lindomar, advogado, recebeu a publicação da procedência em parte de uma reclamação trabalhista que tramita por meio de processo eletrônico, disponibilizada em 10/03 (6ª-feira), mas com data de 09/03 (5ª-feira). Ele está em dúvida quanto ao seu prazo para ingressar com recurso ordinário, porque dia 15/03 (4ª-feira) é feriado municipal, e pergunta para uma colega, que esclarece que seu prazo final será em

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

(A) 23/03.
(B) 22/03.
(C) 20/03.
(D) 17/03.
(E) 21/03.

4. (FCC - 2024)

Em razão da natureza alimentar da maioria dos direitos que se pleiteia por meio do processo do trabalho, o procedimento nas ações trabalhistas tem peculiaridades que o distinguem dos demais. Nesse sentido, diversos são os princípios gerais do processo do trabalho, sendo que a CLT consagra-os através de previsões em vários dispositivos legais. Assim, a previsão de que

(A) as razões finais serão orais, apresentadas em audiência, no prazo de 10 minutos para cada parte, imediatamente antes da prolação da sentença, consagra o princípio da imediatidade ou da imediação.
(B) os incidentes do processo serão resolvidos pelo próprio juízo ou tribunal, admitindo-se a apreciação do merecimento das decisões interlocutórias somente em recursos da decisão definitiva, consagra o princípio da irrecorribilidade imediata das decisões interlocutórias.
(C) os recursos serão interpostos por mera petição, sem que se exijam formalismos extremos, consagra o princípio da concentração de atos.
(D) não será praticado qualquer ato escrito durante as audiências consagra o princípio da celeridade.
(E) a conciliação deve ser buscada na fase de conhecimento, não fazendo mais sentido na fase de execução, consagra, ao mesmo tempo, o princípio da conciliação e o princípio da celeridade.

5. (FCC - 2025)

Em relação à organização da Justiça do Trabalho, de acordo com as previsões constitucionais,

(A) a criação das Varas do Trabalho depende de lei, sendo que, nas comarcas não abrangidas por sua jurisdição, o legislador pode atribui-la a juízes federais, com recurso para o respectivo Tribunal Regional do Trabalho.
(B) o Tribunal Superior do Trabalho será composto por juízes dos Tribunais Regionais do Trabalho, oriundos da magistratura, indicados pelo colégio de Presidentes e Corregedores dos Regionais, além de 1/5 oriundo da advocacia e Ministério Público do Trabalho.
(C) o Tribunal Superior do Trabalho compõe-se de 27 Ministros, escolhidos dentre brasileiros com mais de 35 e menos de 70 anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal.
(D) a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho e o Conselho Superior da Justiça do Trabalho funcionarão junto a Conselho Nacional de Justiça.
(E) são órgãos da Justiça do Trabalho as Comissões de Conciliação Prévia, as Varas do Trabalho, os Tribunais Regionais do Trabalho, o Tribunal Superior do Trabalho e o Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

6. (FCC - 2024)

É da competência da Justiça do Trabalho processar e julgar as ações que versem sobre

(A) indenização por acidente do trabalho sofrido por servidor público estatutário.
(B) crimes contra a organização do trabalho e, nos casos delerminados por lei, contra o sistema financeiro e à ordem econômico- financeira.
(C) indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes ou não de relação de emprego.
(D) acidente do trabalho juntamente em face da instituição previdenciária.
(E) representação sindical entre sindicatos.

7. (FCC - 2022)

Em relação à competência da Justiça do Trabalho, conforme normas insculpidas na Constituição Federal do Brasil e na Consolidação das Leis do Trabalho,

(A) a empregada Iris deve propor reclamação trabalhista, em regra, na Vara do Trabalho do município em que prestou os serviços ao empregador, ainda que tenha sido contratada em outra localidade.
(B) a competência da Vara do Trabalho se dá pela localidade em que o empregador tenha sua sede, como regra geral, em razão do princípio da execução menos gravosa ao devedor.
(C) o empregado Thor, que é viajante comercial da empresa Delta e atua em todo Estado do Piauí, deverá propor reclamação trabalhista na Vara do Trabalho de Teresina, Capital do Estado do PI.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

DIREITO CIVIL

1. (FCC - 2022)

Consiste em causa de incapacidade total, conforme alterações do Código Civil pela Lei Brasileira de Inclusão – Estatuto da Pessoa com Deficiência,

(A) os ébrios habituais.
(B) os menores de 16 anos.
(C) os viciados em substâncias psicoativas.
(D) os pródigos.
(E) aqueles que, por causa permanente, não puderem exprimir sua vontade.

2. (FCC - 2021)

Em relação ao direito ao nome e à possibilidade de alteração,

(A) a negativa de registro de nome vexatório pelo Cartório de Registro Civil será necessariamente encaminhada para apreciação judicial, sem a cobrança de emolumentos.
(B) a inclusão de nome étnico de indígena pode ser postulada diretamente no Cartório de Registro Civil, não podendo, contudo, excluir os nomes e prenomes originais, com o objetivo de não prejudicar terceiros.
(C) os agentes públicos deverão respeitar a identidade de gênero e tratar a pessoa pelo nome social por ela indicado; porém, nos atos escritos em documentos públicos deve ser registrado somente o nome constante do registro civil.
(D) a revelia da mulher na ação de divórcio não implica necessariamente na procedência do pedido de alteração do nome promovido pelo marido para o uso do nome de solteira, por se tratar de direito da personalidade.
(E) de acordo com orientação do Supremo Tribunal Federal, a alteração de prenome da pessoa transgênero não depende de cirurgia de transgenitalização, ou da realização de tratamentos hormonais ou patologizantes; contudo, pressupõe parecer de equipe multidisciplinar.

3. (FCC - 2021)

José Ferreira, pescador, mora em comunidade ribeirinha às margens do Rio Purus, no Estado do Amazonas. Ele habitualmente sai com sua embarcação, sozinho, no início da semana e retorna após alguns dias de pesca. Todavia, após sua última saída, não retornou como fazia habitualmente. Os familiares procuraram as autoridades e fizeram buscas nos trechos que ele costumava pescar, mas não foi encontrado nenhum sinal dele ou de sua embarcação. Depois de quase um ano sem nenhuma notícia do seu paradeiro, os familiares procuraram a Defensoria Pública para informações sobre como poderiam proceder diante desta situação, pois ele deixou alguns bens e herdeiros, mas não há nenhum representante ou mandatário. À luz de tais elementos, o/a defensor/a deverá indicar que haverá a necessidade de

(A) ajuizar ação judicial para a declaração de ausência, mediante arrecadação dos bens e nomeação de curador neste primeiro momento.
(B) instaurar procedimento administrativo para a declaração de ausência, mediante arrecadação dos bens e nomeação de curador.
(C) ajuizar ação judicial para a declaração da morte presumida, sem necessidade de declaração de ausência, passando-se desde logo à sucessão, ainda que provisória.
(D) ajuizar ação judicial para a declaração de ausência, passando-se desde logo à sucessão, ainda que provisória.
(E) ajuizar ação judicial para a declaração de morte presumida, passando-se desde logo à sucessão definitiva.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

4. (FCC - 2022)

As pessoas jurídicas de direito privado, elencadas no Código Civil, sem prejuízo de previsão em legislação especial e em seus atos constitutivos devidamente registrados, poderão

(A) realizar suas assembleias gerais por meios eletrônicos, inclusive para os fins de destituir os administradores e alterar o estatuto, respeitados os direitos previstos de participação e manifestação.

(B) ter sua existência legal reconhecida após a lavratura e aprovação de seu ato constitutivo em assembleia.

(C) anular a sua constituição, a qualquer tempo, desde que constatado defeito no ato constitutivo.

(D) realizar suas assembleias gerais para nomear administrador provisório, caso a administração venha a faltar.

(E) anular, em até seis meses, as decisões tomadas pela maioria de votos dos presentes, ainda que o ato constitutivo dispuser de modo contrário.

5. (FCC - 2026)

Keith, advogada, possui um escritório no centro da cidade de Recife, onde exerce a sua profissão, e três residências: uma próxima ao seu escritório — na capital, uma no litoral da cidade de Recife e outra no interior do estado de Pernambuco — fora da capital. Sabendo-se que ela vive, alternadamente, em suas três residências, em conformidade com o Código Civil, considerando apenas as informações fornecidas, nessa situação hipotética, considerar-se-á domicílio de Keith

(A) a sua residência na capital e a sua residência no litoral, apenas.

(B) qualquer uma das suas três residências. Ainda, quanto às relações concernentes à profissão, o seu escritório é também seu domicílio.

(C) apenas a residência na capital, por ser onde exerce sua profissão.

(D) apenas o escritório profissional.

(E) exclusivamente a residência localizada no interior do estado.

6. (FCC - 2026)

Com relação ao negócio jurídico, em conformidade com o Código Civil,a

(A) a validade da declaração de vontade não dependerá de forma especial, senão quando a lei expressamente a exigir.

(B) interpretação do negócio jurídico deve lhe atribuir o sentido que for mais benéfico à parte que redigiu o dispositivo, se identificável, bem como o sentido que for confirmado pelo comportamento das partes anterior à celebração do negócio.

(C) impossibilidade inicial do objeto invalida o negócio jurídico, ainda que seja relativa.

(D) impossibilidade inicial do objeto invalida o negócio jurídico, ainda que cesse antes de realizada a condição a que ele estiver subordinado.

(E) incapacidade relativa de uma das partes pode ser invocada pela outra em benefício próprio.

7. (FCC - 2025)

Fernando contratou José para pintar sua residência e estipulou que realizaria o pagamento quando o serviço estivesse esteticamente de seu agrado. De acordo com o Código Civil, tal estipulação constitui

(A) condição potestativa, a qual é defesa por lei.

(B) termo incerto, que, enquanto não se verificar, impede a aquisição do direito a que ele visa.

(C) condição suspensiva lícita, subordinando o negócio a evento futuro e incerto.

(D) condição resolutiva, que, enquanto não se verificar, impede a aquisição do direito a que ela visa.

(E) condição potestativa, a qual é licita.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. (FCC - 2026)

Elias foi atropelado por um veículo terrestre e, em razão disso, deseja ingressar com ação de reparação de danos em face do motorista causador do acidente.

Nesse caso, de acordo com o Código de Processo Civil, é competente o foro

(A) do domicílio do réu ou do local do fato.
(B) do domicílio do autor ou do local do fato.
(C) da capital do respectivo ente federado.
(D) do domicílio do réu, exclusivamente.
(E) do local de registro do veículo.

2. (FCC - 2022)

Alcides reside em Fortaleza mas possui imóvel em Juazeiro do Norte, que foi invadido por terceiro. Para se ver reintegrado na posse, deverá ajuizar ação na Comarca

(A) de Juazeiro do Norte, que possui competência absoluta para julgamento do processo.
(B) de Fortaleza, que possui competência absoluta para julgamento do processo.
(C) de Juazeiro do Norte ou Fortaleza, à sua escolha, por se tratar de hipótese de competência relativa.
(D) do domicílio do réu, ainda que não se trate de Fortaleza ou de Juazeiro do Norte, tratando-se de hipótese de competência absoluta.
(E) de Juazeiro do Norte ou do domicílio do Réu, à sua escolha, por se tratar de hipótese de competência relativa.

3. (FCC - 2022)

A respeito da capacidade processual, personalidade jurídica e capacidade postulatória, considere as assertivas abaixo:

I. Toda pessoa que se encontre no exercício pleno de seus direitos tem capacidade de assumir a posição processual de autor ou réu.

II. Verificada a incapacidade processual do autor, o juiz imediatamente julgará o processo extinto.

III. O legislador não confere personalidade jurídica ao espólio de pessoa falecida, a despeito de se reconhecer que tenha capacidade de figurar no polo ativo ou passivo de processo judicial.

IV. O ordenamento jurídico confere a capacidade postulatória apenas ao advogado, desde que regularmente inscrito na OAB.

Está correto o que se afirma **APENAS** em

(A) I e III.
(B) II e III.
(C) III e IV.
(D) I, II e III.
(E) II, III e IV.

4. (FCC - 2021)

Considere as asserções **I** e **II** abaixo.

I. O/A defensor/a público/a que cria embaraços ao cumprimento de decisões jurisdicionais pratica ato atentatório à dignidade da justiça, passível de multa de até dois por cento do valor da causa, sem prejuízo das sanções criminais, civis e processuais cabíveis.

PORQUE

I. É dever das partes, de seus procuradores e de todos aqueles que de qualquer forma participem do processo cumprir com exatidão as decisões jurisdicionais, de natureza provisória ou final, e não criar embaraços à sua efetivação.

É correto afirmar que

(A) as asserções **I** e **II** são proposições verdadeiras e a **II** é uma justificativa da **I**.
(B) a asserção **I** é uma proposição verdadeira e a **II** é uma proposição falsa.
(C) as asserções **I** e **II** são proposições verdadeiras, mas a **II** não é uma justificativa da **I**.
(D) a asserção **I** é uma proposição falsa e a **II** é uma proposição verdadeira.
(E) as asserções **I** e **II** são proposições falsas.

5. (FCC - 2025)

Cauã foi fiador de Jorge, seu amigo de infância, que alugou uma casa para a sua residência. Jorge deixou de pagar com as obrigações contratuais, porém somente Cauã foi acionado judicialmente pelo locador. Na contestação, Cauã gostaria de Incluir Jorge no polo passivo da demanda. Tal situação é possível por

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

(A) *amicus curiae*.
(B) assistência simples.
(C) chamamento ao processo.
(D) denunciação à lide.
(E) intervenção de terceiro atípica.

6. (FCC - 2021)

XPTO Ltda. foi demandada por Y, que, pretendendo atingir bens dos sócios, por vislumbrar a ocorrência de confusão patrimonial, deverá instaurar incidente de desconsideração da personalidade jurídica, o qual

(A) implica, se acolhido, anulação das alienações havidas em fraude à execução.
(B) é cabível apenas no cumprimento de sentença e se infrutíferas as tentativas de penhora de bens da sociedade empresária.
(C) suspende o processo, salvo se a desconsideração houver sido pleiteada na petição inicial.
(D) é decidido por sentença.
(E) deve ser instaurado ainda que o pleito conste da petição inicial e suspende o processo até que seja decidido, por decisão interlocutória.

7. (FCC - 2022)

Em diligência para dar cumprimento a mandado de intimação e de penhora de bens expedido em fase de cumprimento de sentença, o oficial de justiça se dirigiu à residência do executado, que se opôs à realização da constrição, a despeito de possuir bens penhoráveis, sob a justificativa de que tinha uma proposta de acordo a fazer ao exequente. Nesse caso, de acordo com o Código de Processo Civil, o Oficial de Justiça deverá

(A) abster-se de dar cumprimento ao mandado, nele certificando a proposta de autocomposição apresentada pelo executado e submetê-la ao juiz, para as providências cabíveis.
(B) abster-se de dar cumprimento ao mandado pelo prazo de 5 dias, devendo retornar à residência do executado para cumprilo caso, nesse período, não tenha havido a conclusão de autocomposição entre as partes.
(C) abster-se de realizar a penhora e promover o arresto dos bens do executado, certificando no mandado a proposta de autocomposição apresentada pelo executado.
(D) dar cumprimento ao mandado, realizando a penhora, bem como nele certificar a proposta de autocomposição apresentada pelo executado.
(E) dar cumprimento ao mandado, realizando a penhora e instruindo o executado a formalizar sua proposta de autocomposição nos autos do processo, pois não lhe cabe certificá-la no mandado.

8. (FCC - 2022)

De acordo com o Código de Processo Civil, o Ministério Público, nos casos em que intervém como fiscal da ordem jurídica,

(A) não precisa ser intimado de todos os atos do processo, mas apenas daqueles com conteúdo decisório.
(B) poderá recorrer tanto da sentença quanto das decisões interlocutórias.
(C) poderá se manifestar a qualquer tempo, mas não poderá produzir provas.
(D) gozará de prazo em dobro para manifestar-se nos autos, benefício que se aplica mesmo quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o Ministério Público.
(E) terá vista dos autos sempre antes das partes, podendo recorrer da sentença, mas não de decisões interlocutórias.

9. (FCC - 2022)

Considere as seguintes assertivas acerca dos prazos:

I. É considerado intempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.

II. Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridos cinco dias.

III. O prazo processual estabelecido pelo juiz é contado em dias corridos, ao passo que, na contagem de prazo processual estabelecido por lei, computar-se-ão somente os dias úteis.

IV. O juiz não pode reduzir prazos peremptórios sem anuência das partes, ainda que repute a medida conveniente à celeridade processual.

V. Desde que o faça de maneira expressa, a parte poderá renunciar ao prazo estabelecido exclusivamente em seu favor, faculdade que se aplica até mesmo em relação aos prazos para a interposição de recursos.

apostilas opção

GOSTOU DESSE MATERIAL?

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

EU QUERO SER APROVADO!

